

1 Ata da 3<sup>a</sup> Reunião do  
2 Grupo de Acompanhamento da  
3 Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai  
4

5 Local: Cuiabá, Parque Estadual Massairo Okamura

6 Data: 10 e 11 de junho de 2015

7 Participantes: lista de presença (Anexo1)

8

9 **Abertura**

10 Nedio Carlos Pinheiro, coordenador do grupo de acompanhamento – GAP, abriu os trabalhos  
11 passando a palavra a sra. Ana Luiza Peterlini, secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
12 do Estado do Mato Grosso, que saudou os presentes e ressaltou a importância do plano de  
13 recursos hídricos pela sua importância nacional e internacional, especialmente no contexto da  
14 semana do meio ambiente, quando foi assinado pacto pela defesa das cabeceiras do rio Paraguai.

15 Nedio Carlos Pinheiro pediu aos presentes que se apresentassem antes de dar início aos  
16 trabalhos.

17 José Luiz Gomes Zoby, da Agência Nacional de Águas – ANA, destacou a criação, na página da  
18 internet que fornece acesso aos documentos do GAP, de uma pasta contendo estudos relevantes.  
19 Ressaltou que, na reunião anterior, membros informaram a existência de estudos importantes que  
20 deveriam ser de conhecimento geral, mas que não havia recebido, à exceção da equipe da ANA,  
21 nenhum documento para ser compartilhado.

22 **Ata da Reunião**

23 Felipe Dias indagou se havia alguma sugestão de alteração da ata da segunda reunião, não tendo  
24 recebido manifestação. José Luiz Gomes Zoby informou que incluiria na ata a complementação de  
25 texto solicitada por email pela representante do Ministério de Minas e Energia – MME, Vânia  
26 Maria Ferreira. Assim, a ata foi considerada aprovada.

27 **Apresentação do Termo de Referência**

28 Rosana Mendes Evangelista, da ANA, abriu as discussões sobre o Termo de Referência,  
29 esclarecendo que o mesmo visa orientar o desenvolvimento do plano de recursos hídricos, mas a  
30 forma de execução dos produtos previstos ainda será definida e poderá envolver desde a  
31 elaboração interna pela equipe da ANA até a contratação de consultores.

32 Apresentou então as contribuições recebidas por email de Maria Aparecida Borges P. Vargas  
33 (representante da ABRAGE), Suzan Lannes (representante da ABES) e Regina Nascimento  
34 Ferreira (representante da FUNAI), mostrando como foram incorporadas ao documento. Alguns  
35 membros sugeriram ajustes a essas contribuições.

36 Adicionalmente, foram apresentadas pelos presentes sugestões de adequações, que foram  
37 discutidas e incorporadas, entre as quais uma sobre a importância do registro do histórico da  
38 navegação e hidrovia.

39 Após o recebimento das contribuições e as discussões, Nedio Carlos Pinheiro indagou se o  
40 Termo de Referência poderia ser considerado aprovado. Os presentes se manifestaram pela  
41 aprovação.

42 **Encontros Públicos**

43 Em seguida, foi aberta a discussão quanto às cidades em que seriam realizados os encontros  
44 públicos para divulgação do plano de recursos hídricos e para recebimento de contribuições da  
45 sociedade. José Luiz G. Zoby esclareceu que a ANA tem realizado, nos últimos trabalhos, esses  
46 encontros em duas etapas: ao final do diagnóstico e outra na conclusão do plano propriamente

47 dito.

48 Os membros do GAP, após várias discussões, propuseram as seguintes cidades para realização  
49 dos encontros públicos: Cáceres e Tangará da Serra (de forma alternada), Cuiabá e Rondonópolis,  
50 no Mato Grosso; Coxim, Bonito e Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

51 José Luiz G. Zoby informou que se manifestará na próxima reunião sobre a viabilidade dessas  
52 cidades, bem como apresentará proposta do processo de mobilização.

### 53 **Sobrevoo de Reconhecimento da Bacia**

54 Wagner Martins Villela, representante da ANA, informou que está em andamento a contratação  
55 de sobrevoo para reconhecimento da bacia. Destacou que a atividade está prevista para o mês de  
56 agosto e será realizada em duas etapas de caráter técnico com durações de três dias cada, sendo  
57 uma para percorrer o Mato Grosso e outra para o Mato Grosso do Sul. Uma terceira etapa, com  
58 duração menor, corresponderá a um sobrevoo de sensibilização, que deverá contar com a  
59 presença de diretor da ANA.

60 Em seguida, solicitou a indicação pelo GAP dos membros participantes do sobrevoo. Os  
61 indicados foram os seguintes: Alessandra Panizi (representante da FIEMT para o sobrevoo de  
62 sensibilização) e Margarida Marchetto (representante da UFMT para o sobrevoo técnico), ambas  
63 pelo Estado do Mato Grosso; e Daniele Coelho Marques (representante da FAMASUL para o  
64 sobrevoo de sensibilização) e Nilo Peçanha Coelho (representante do Consórcio Intermunicipal  
65 para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Taquari para o sobrevoo técnico)  
66 pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

### 67 **Indicação de Representante do Setor de Navegação**

68 Nedio Pinheiro informou sobre carta enviada ao secretário executivo do Conselho Nacional de  
69 Recursos Hídricos – CNRH para que houvesse nova indicação de membro do setor de navegação  
70 com atuação efetiva na bacia, tendo em vista que o representante atual é do Pará e não tem  
71 participado das reuniões. O secretário executivo sugeriu que o GAP indicasse ao CNRH um  
72 representante com atuação efetiva. Após algumas discussões, Leonardo Sampaio, representante  
73 da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do  
74 Sul, se ofereceu para contatar a Administração da Hidrovía do Paraguai – AHIPAR para verificar  
75 o interesse em participar do grupo de acompanhamento.

### 76 **Apresentações e debate sobre Geração Hidrelétrica e Sítio Ramsar**

77 Foram realizadas as seguintes apresentações que foram seguidas de debate: “O Setor Elétrico  
78 Brasileiro: Planejamento e Operação” (Anexo 2) por Vânia Maria Ferreira e Igor Souza Ribeiro,  
79 representantes do MME; “Energia” (Anexo 3) por Alessandra Panizi, representante da  
80 Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT; “A Convención RAMSAR no  
81 Brasil” (Anexo 4) por Maurício Pompeu, Ministério do Meio Ambiente; e “Corredor Ecológico na  
82 Bacia de São Lourenço” (Anexo 5) por Marcelo Vacchiano, Promotoria de Rondonópolis, e  
83 Jeater Waldemar Maciel Correa Santos, departamento de geografia da Universidade Federal de  
84 Mato Grosso. A apresentação “Hidrovía do Paraguai” pela Agência Nacional de Transportes  
85 Aquaviários não foi realizada, pois o palestrante não estava presente.

86 André Luís de Almeida (MPE) perguntou para onde vai a energia produzida no Mato Grosso.  
87 Manifestou preocupação em relação à drenagem de áreas úmidas para implantação de pastagens  
88 em Cáceres e sobre o avanço da soja. Mauricio Pompeu (MMA) falou sobre zonas úmidas,  
89 informando que, na última reunião do Conselho Nacional de Zonas Úmidas, foram aprovados os  
90 critérios para a definição destas áreas. Lindomar Alves da Silva repetiu a pergunta de que não se

91 sabe o quanto se produz e quanto se consome de energia elétrica. Demonstrou preocupação com  
92 a efetividade de aplicação dos recursos da compensação financeira, relatando que em  
93 Rondonópolis o pequeno produtor que quer recuperar áreas degradadas não tem recursos  
94 financeiros, mas que a compensação do setor elétrico poderia auxiliar. Marcelus Mesquista  
95 (SINDENERGIA) esclareceu que o Estado de Mato Grosso necessita importar energia no  
96 período seco. Nilo Peçanha Coelho (COINTA) falou que, do potencial de geração de energia, já  
97 foi aproveitado 70% da região hidrográfica e fez um histórico sobre a bacia do Taquari, dando  
98 ênfase à fragilidade da região em função dos aspectos geológicos, dos usos múltiplos, do uso e  
99 ocupação do solo, bem como da cultura local. Afirmou que o planejamento do setor hidroelétrico  
100 não considera os usos múltiplos da água. Igor Souza Ribeiro (MME) informou que poderia  
101 levantar a informação sobre consumo e produção de energia do Estado, mas em sua avaliação a  
102 reflexão sobre esse tema deveria ser realizada ao nível do País e não local, tendo em vista que o  
103 sistema elétrico brasileiro é interligado e a legislação trata o potencial hidrelétrico como de  
104 domínio federal. Vania Maria Ferreira (MME) complementou afirmando que o potencial de  
105 geração de energia é avaliado tecnicamente e somente executado se for viável tanto técnica  
106 como ambientalmente. Ressaltou que a legislação existente visa assegurar o respeito aos  
107 aspectos socioambientais. Rafael Pedrollo de Paes (UFMT/DESA) citou que a implementação dos  
108 empreendimentos hidrelétricos não era problema, mas sim a vazão e o transporte de sedimentos.  
109 Débora Calheiros (FONASC) avaliou que a apresentação do setor hidrelétrico não considerou a  
110 produção de energia a partir da biomassa e energia solar como alternativas para a região do  
111 Pantanal, citando que o Estado de Santa Catarina utiliza a energia solar. Destacou a diretriz da  
112 Constituição Federal de proteção do Pantanal e respeito aos usos existentes. Acrescentou que  
113 as pequenas centrais hidrelétricas – PCHs não produzem compensação financeira, passam por  
114 licenciamento ambiental simplificado e que apresentam impactos cumulativos sobre o regime de  
115 vazões, quando construídas em cascata. Questionou também sobre a produção de energia, pois  
116 muitas PCHs somente geram no período seco. Aproveitou para sugerir como pauta para a  
117 próxima reunião os temas: (1) Reserva da Biosfera; (2) Aspectos hidrogeomorfológicos. Propôs  
118 também para o próximo encontro a discussão sobre o plano de recursos hídricos como orientador  
119 do licenciamento ambiental. André Luís Almeida (MPE) falou novamente dos impactos dos  
120 empreendimentos energéticos e a função do MPE. Perguntou se existem estudos cumulativos e  
121 sinérgicos considerando a quantidade dentro da avaliação ambiental integrada ou estratégica.  
122 Destacou que faria requerimento para que houvesse ampla discussão das metodologias utilizadas.  
123 Igor Souza Ribeiro (MME) respondeu que o plano de recursos hídricos poderá trazer essa  
124 abordagem. Wagner Martins Vilella (ANA) falou do significado do plano de recursos hídricos,  
125 explanando que este trará diretrizes e recomendações, mas não uma avaliação ambiental.  
126 Ressaltou também que este não era o momento de apresentar requerimentos, que isso poderia  
127 ser feito na etapa final da elaboração do plano de recursos hídricos. João Inácio Denzel  
128 (FORMAD) falou em considerar a relação potencial hidráulico versus energia fotovoltaica com  
129 aproveitamento dos telhados (microrregião), avaliando se o custo benefício valida a instalação  
130 das PCHs. Márcia Divina Oliveira, representante da EMBRAPA Pantanal, comentou que o setor

131 energético é mais eficiente que o setor ambiental. Outro fator a ser considerado é a demora de  
132 resposta da academia e a falta de dados que não permite a modelagem. Eliana Beatriz Lima  
133 (UFMT) ressaltou que o plano deve ter visão integrada, considerando que o setor energético  
134 planeja para o Brasil a partir da demanda de energia, compreender a lógica do setor e buscar  
135 formas de minimizar os impactos dos empreendimentos. Débora Calheiros (FONASC) solicitou a  
136 inserção, na pauta da próxima reunião, do tema: hidrograma ecológico pelo Instituto de Pesquisas  
137 Hidrológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

138 **Encaminhamentos**

139 A ANA realizará, na próxima reunião, apresentações sobre o processo de mobilização/encontros  
140 públicos e o diagnóstico da região hidrográfica.